

DAS INUNDAÇÕES DE 1967 À CRISE DE 68/69 NO TÉCNICO. A INTERVENÇÃO DA JUC DO TÉCNICO*

*António Servinho Cavaco***

Na década de 60 diversos acontecimentos vão marcar profundamente a história do Século XX, no Mundo e em Portugal.

No mundo:

Concílio Vaticano II, (11/10/1962 a 8/12/1965);

George Hourdin e a revista que dirigia, “Informations Catholiques Internationales” contribuíram activamente para o seguimento dos trabalhos do Concílio e sua difusão;

João XXIII morre em Junho de 63;

Teilhard de Chardin, que tinha morrido em 1955, torna-se conhecido nomeadamente pelo seu livro “O fenómeno humano” cujas ideias começam a circular também em Portugal;

Guerra do Vietnam, contestação da juventude norte-americana, ascensão da contracultura; assassinato de Martin Luther King;

Maio de 68 em França;

“Desembarque em foguetão na superfície lunar”;

Em Portugal:

Guerra colonial em curso em 3 frentes;

António Alçada Baptista dá início à publicação da revista “O Tempo e o Modo”, em Janeiro de 1963;

Sociedade conservadora bloqueada (tal como é mostrado no Inquérito da Juventude Universitária Católica – JUC de 64);

Movimento associativo universitário fortemente enfraquecido depois de 65, em consequência da repressão policial decorrente da celebração do Dia do Estudante de 61-62;

* Ao amigo Pe. Miguel Ponces de Carvalho, agradecendo o apoio e a vivência da música como revelação de Deus.

** Ex-presidente da JUC nacional

Em Abril de 67, a PIDE encerra a sede da PRAGMA (cooperativa de acção cultural, fundada em Abril de 64, no 1º aniversário da encíclica “Pacem in Terris”);
Marcelo Caetano sucede a Salazar, em finais de 1968;
Vigília na Igreja de S. Domingos, em 1 de Janeiro de 69, “Vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar”.

1. INTRODUÇÃO

Estávamos em Maio de 1966. Acabava o ano lectivo de 1965-66.

Como era hábito, quer na Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico (AEIST), quer na Juventude Universitária Católica (JUC), procedia-se à eleição dos respectivos dirigentes.

Nas eleições da JUC havia uma novidade interessante. Os eleitos pela JUC e JUCF exerceriam as suas presidências em conjunto. A fusão formal da JUC/JUCF(JUC Feminina) não fora declarada, mas essa fusão iniciava-se na prática quotidiana das secções, como se de uma só secção se tratasse; esta alteração, de maior alcance do que na actualidade nos possa parecer, teve a aprovação dos Assistentes respectivos, Pe. Miguel Ponces de Carvalho e Pe. Domingos Maurício.

Foram, então, eleitos responsáveis para 66-67 Isabel Pinto Correia e António Cavaco.

O programa da equipa dirigente eleita era resolutamente influenciado pelo Concílio Vaticano II, recentemente concluído.

As suas linhas principais aparecem resumidas no documento distribuído aos novos alunos, em Outubro de 66. Nele se podia ler o seguinte texto:

“...Oxalá não venbas apenas sedento de técnica, de matemática, de física ...mas igualmente aberto ao mais que a vida universitária te pode dar. Vais descobrir e participar, nos organismos estudantis, interessar-te pelos problemas da Universidade, viver a camaradagem entre alunos, sentir as responsabilidades de ser universitário.

Interessa-te encontrar uma Igreja presente nessa universidade? Uma Igreja que vale o que valem as forças e as fraquezas dos jovens que a tentam realizar. Precisamos da tua ajuda, das tuas críticas, da tua colaboração....Porque achamos que a religião só é válida quando nos leva a amar apaixonadamente o mundo em que vivemos e a ser nele elementos vivos e actuates.”

No pequeno documento de quatro páginas havia ainda uma citação de Saint-Exupéry:

“...Há só um problema no mundo, um só: dar aos homens um sentido espiritual. Fazer chover sobre eles algo que se assemelhe a um canto gregoriano...”

Completava o documento uma longa citação de Pe. Teilhard de Chardin sobre o papel do cristianismo e do cristão, terminando dizendo: “*É a religião da evolução*”.

O ano lectivo 1966-67 desenrolou-se de maneira relativamente calma, mas os anos seguintes seriam mais ricos num mundo de intervenção política, como procura de sentido e de intervenção cristã...

2. INUNDAÇÕES DE NOVEMBRO 1967

As dramáticas inundações de Novembro de 67, na região da grande Lisboa, constituíram um acontecimento marcante para o despertar de uma consciência social pelos estudantes universitários. A realidade ignorada ou esquecida por muitos veio à superfície trazida pelas inundações. Os universitários foram sensibilizados para a situação social dos mais desfavorecidos da sociedade de então, e vieram a ter uma ação forte e preponderante na ajuda às populações, que mais nenhuma instituição teve e que, mesmo assim, foi muito minimizada pelos meios de comunicação da altura.

E um dos pontos de partida dessa intervenção foi o IST.

No princípio da manhã do primeiro dia pós inundações quando se iniciou a mobilização estudantil, a direcção da JUC do IST promoveu então uma reunião com a direcção da AEIST onde se acordou uma acção conjunta, para unir esforços de maneira eficaz face à gravidade da situação de milhares de pessoas e alargar essa colaboração às outras faculdades.

Desse modo, a academia de Lisboa abriu-se à sociedade num movimento colectivo de intervenção. Quem viveu esses dias ficou muito marcado. Foram dias intensos. Recolher e distribuir roupas e géneros alimentícios, limpar a lama das casas, desentulhar as ruas, esclarecer as pessoas acerca das medidas higiénicas a tomar, fazer vacinações e distribuir medicamentos, arranjar ferramentas e meios de transporte para chegar às vítimas da catástrofe, planificar a intervenção dos grupos estudantis, foi uma tarefa intensa.

Para a coordenação da ajuda à população, instituiu-se uma comissão central coordenadora, que funcionou na AEIST, com elementos indicados

pelas Associações de Estudantes (AEs) e, a pedido destas, pela JUC. Havia grupos por faculdades que depois se encarregavam de desmultiplicar o auxílio.

No IST, o António Redol (pela AEIST) e o João Duarte Cunha (pela JUC-IST) faziam a ligação entre a comissão coordenadora e a atividade desenvolvida pelos estudantes do IST. Trabalhava-se para arranjar meios e ajudar a população. As várias faculdades eram bastante autónomas, e fazia-se um esforço para coordenar operacionalmente a situação no terreno. Também se realizaram várias RIAs (Reunião Inter Associações) em Económicas para seguir essa atividade, com a participação da JUC. Primeiro a título individual de sócios das associações e depois como entidade específica, JUC.

Foi uma coisa curiosa, na medida em que a JUC não era uma associação de estudantes de faculdade. E até houve um comunicado conjunto das AE e da JUC de Lisboa, em 29 de Novembro.

Nesses dias, o jornal da JUC nacional, o “Encontro”, tentou publicar um texto com informação factual acompanhada de uma reflexão, sobre o que se tinha passado, pondo em relevo a dimensão da catástrofe e a intervenção dos estudantes. A impressão do “Encontro” nas Oficinas de São José foi suspensa pela censura do regime e o texto censurado, contrariamente às disposições da Concórdia que isentava de censura prévia as publicações da Igreja.

A partir de então, o jornal passou a ir à censura. A maneira de pôr cá fora o texto previsto foi a direção nacional da JUC editar um “Caderno de Reflexão”, em Fevereiro 1968, com o texto que tinha sido censurado.

Não obstante estas dificuldades, foi possível, em Março de 68, e no quadro dos contactos internacionais da JUC com outras organizações católicas, nomeadamente a Ação Católica Universitária (ACU) francesa, trazer a Portugal o seu capelão, Pe. Bernard Lerivray, para participar no Encontro Nacional da JUC, onde proferiu uma conferência sobre “A Igreja no Mundo”. O mesmo padre voltou a visitar a JUC, em Agosto de 68, acompanhado do Secretário-geral da ACU francesa, Jean-Yves Le Drian.

3. AFINAL QUE CRISE É ESTA?

O ano seguinte, 1968-69, começou relativamente calmo. Perpassava no ar ainda a memória do papel da academia nas inundações do ano anterior e o rescaldo dos acontecimentos de Maio de 68 em França; havia um sentimento difuso que estava para acontecer algo.

Na agenda, apareceu um ponto relativamente pouco conflitual: A cantina do IST, que no ano anterior tinha apresentado prejuízos, pediu às autoridades académicas a concessão de subsídios suplementares em igualdade de circunstâncias com as outras cantinas universitárias; tais pedidos não tiveram mais que respostas dúbias ou negativas. Numa tentativa de forçar uma resposta aceitável, decidiu a Associação do Técnico realizar um piquenique de protesto no pavilhão central, o que viria a ser considerado pelo Director do IST, Eng. Luís de Almeida Alves, como uma acção de provocação.

Esse piquenique fez-se no dia 4 de Dezembro e até acabou por contar com a presença do Director. Começou porém de forma caótica: pelas doze horas, já com alguns alunos dentro do pavilhão central, o Director mandou fechar as portas desse pavilhão. Como reacção, os alunos que se encontravam do lado de fora começaram a entrar pela janela da chamada sala das alunas que estava aberta. Ao aperceber-se desse facto, o Director apareceu à dita janela e tentou impedir a entrada, mas os alunos continuaram a entrar, nomeadamente através duns postigos das portas principais que tinham permanecido abertos. Estava instalada a confusão.

Face a este estado de coisas, dentro do pavilhão central iniciou-se uma Reunião Geral de Alunos (RGA), na qual se decidiu pedir ao Director para abrir as portas, convidando-o também para o almoço, pedido que ele aceitou. Pouco depois, durante o almoço, alegou que tinha mandado fechar as portas porque o piquenique não lhe tinha sido comunicado oficialmente. As coisas pareceram acalmar e entretanto, durante o piquenique, grupos de rapazes e raparigas permaneceram ou entraram na sala das alunas onde almoçaram em franco convívio.

É altura de observar que, junto à sala das alunas, no pavilhão central do IST, a JUC/JUCF dispunha de duas salas, com uma porta única dando para o corredor à esquerda de quem entrava, a caminho da secretaria do IST. Estas instalações centrais e acessíveis tinham sido postas, à disposição da JUC, pela Direcção do IST desde há muito, ninguém se lembrava quando. Como adiante se verá, este pormenor das salas tem a sua importância no que segue...

No final do piquenique, alguns alunos retiraram a placa onde se indicava Sala das Alunas e em seu lugar escreveram com letras idênticas: Sala de Convívio. No interior da sala, alguém tinha afixado um cartaz com os seguintes dizeres: Sala de convívio Alunos e Alunas. VIVA A REVOLUÇÃO SEXUAL.

Mais tarde, a RGA que se seguiu ao piquenique, aprovou uma proposta apresentada por cinco alunas nos seguintes termos:

“Considerando os alunos deste Instituto que não tinha qualquer justificação a segregação de relações entre rapazes e raparigas que era a sala das alunas , propõem que seja participado ao Sr. Director que a sala das alunas passe a ser sala de convívio e que a sua gerência seja entregue à AEIST. As alunas pedem também que lhes sejam abertas mais casa de banho em todos os pavilhões”.

Esta proposta foi aprovada por 2 abstenções e zero votos contra.

A crise agrava-se

Na manhã do dia seguinte, 5 de Dezembro, a Sala das Alunas foi fechada por ordem do Director, com um contínuo à porta em permanência, impedindo a entrada de rapazes. Isto causou um grande ajuntamento de alunos à porta da sala criando-se um estado emocional bastante grande. Alguém lançou a ideia de que se devia ocupar a ex-sala das alunas, arrombando a porta. Foi então que as signatárias da proposta aprovada na RGA do dia anterior, tendo sido informadas que esta ainda não tinha sido entregue ao Director, exigiram que nada se fizesse sem que, primeiro, a mesma lhe fosse entregue. Neste momento não estava presente o elemento da Associação que tinha guardado a proposta e as signatárias redigiram-na de novo.

A proposta foi então levada ao Director, assinada pelas cinco signatárias, estando indicado que tinha sido aprovada em reunião geral de alunos com duas abstenções e zero votos contra. O Director recusou-se a receber os mandatários o que causou alguma perplexidade e exaltação nos estudantes

Após dez minutos de espera, sem resposta do Director, acabou por ser forçada a entrada na sala das alunas novamente denominada de “Sala de Convívio”.

Foi com surpresa que, alguns dias passados, os alunos do Técnico tomaram conhecimento, na manhã do dia 8 de Dezembro, que as aulas no IST ficavam encerradas, com o argumento de antecipar as férias de Natal. Porém, no Boletim de Actividades do IST, que o Director Almeida Alves publicava regularmente, este esclarecia que, com o encerramento antecipado, pretendia evitar a ocupação do Técnico pelos seus alunos (!?).

Entretanto a Direcção da Associação de Estudantes foi suspensa, sujeita a inquérito disciplinar e encerradas as instalações da Associação. Pelo seu impacto na vida do Instituto ficavam apenas a funcionar a cantina, a secção de folhas e o intercâmbio.

Factos posteriores

No regresso das férias de Natal constatou-se que o Director tinha mandado fechar, além da sala das alunas, também as salas da JUC onde agora estava afixada uma placa a dizer “Sala de Estudos de Engenharia Civil”. Tudo isto sem que tenha havido qualquer comunicação do Director à JUC.

De conversas posteriores havidas com o Director soube-se que este se encontrava profundamente chocado com todo o desenrolar do processo da sala das alunas, tendo mesmo remetido o caso a outras autoridades, embora se tratasse de um caso de disciplina interna. O Director insistia repetidamente no pormenor de a proposta ser também assinada pela presidente da JUC, vindo essa mesma ideia a ser de novo expressa no citado Boletim de Actividades do IST.

No mês de Janeiro, por insistência dos presidentes da JUC, chegou-se à fala com o Director do IST. Os representantes da JUC quiseram esclarecer que a cedência das salas no Pavilhão Central do Técnico àquela organização nunca poderia ser entendida como um privilégio – concedido a troco de apoio ao Director do IST – mas sim que a utilização daquelas salas pela JUC era entendida como o reconhecimento do seu papel no seio das actividades do IST, à semelhança do papel da AEIST. Foi deixado bem claro que, se a cedência de salas fosse feita naquele pressuposto de privilégio concedido, seria liminarmente recusada, pois a JUC não se pretendia enfeudada a ninguém.

Do que se passou nesta reunião foi dado conhecimento a todos os membros da JUC e alunos do IST, respetivamente em 3 de Janeiro e 21 de Fevereiro de 1969.

Entretanto, com os dirigentes da Associação suspensos, a Direcção do IST passou a dirigir as instalações e secções da Associação de Estudantes. Os estudantes do Técnico reagiram recusando qualquer comissão administrativa organizando-se em comissões para-associativas onde realizaram o trabalho associativo e pedagógico.

É de notar que os alunos dos últimos anos do Curso de Civil rejeitaram a chamada “Sala de Estudo de Engenharia Civil”, tendo em consideração a forma incorrecta como tinha sido criada, à custa das salas da JUC, sem que qualquer explicação prévia tivesse sido dada aos seus dirigentes, prejudicando a sua actividade, não se conhecendo razão ou justificação para tal. Nesta posição foram secundados e apoiados em Reunião Geral de Alunos e comunicados da Associação de Estudantes.

Apenas em Maio de 69 foram realizadas eleições para a Associação de Estudantes retomando esta o seu normal funcionamento.

Entretanto, o fecho da sala da JUC no IST levou a que as suas reuniões passassem a ser realizadas na sede diocesana desta organização, sediada na Av. da República, em Lisboa. Toda esta situação não impediu que a JUC nacional retribuísse a visita à A.C. Universitária francesa, com o objecto de confrontar experiências e vivências nomeadamente dos últimos acontecimentos. Assim se partilharam lutas, preocupações, mudanças e experiências à luz de uma leitura dinâmica da fé cristã.

A crise do final de 68 no Técnico teve repercussão nas restantes universidades e mesmo na Sociedade em geral apesar do abafar das notícias ou da sua distorção levada a cabo pelas instituições de propaganda e acção do regime. A sociedade começou a aperceber-se que os interesses dos universitários se colocavam muito para além da vida boémia com que eram benevolmente acolhidas as “tropelias” dos filhos das melhores famílias e futuros dirigentes da nação.

4. NOTA FINAL

Os dois acontecimento atrás relatados, Inundações de 67 e crise de final de 68 no Técnico, manifestam tempos de ruptura que veio alterar a forma como os universitários portugueses percepcionavam a sua sociedade.

Com as inundações, os dramas pessoais vividos de perto pela comunidade académica fizeram perceber a existência de um outro mundo para lá do aconchego das escolas das elites e do relativo desafogo que começa a chegar às classes médias. Um mundo sem condições mínimas de habitação, de saúde ou de acesso à informação, um mundo pouco diferente do modo de viver e das condições sociais de um século antes.

A crise do final de 68 no Técnico revelou que estava em curso uma profunda mutação cultural nos costumes, que já não se compadecia com a moral fechada e conservadora com a divisão tradicionalista entre sexos pois que os ecos da modernidade sopram de um exterior livre e aberto a ideias novas.

A sequência destas crises interpelou cada cristão com uma dupla exigência. Por um lado **discernir**, por outro lado **intervir**. Para além disso havia um caminho a percorrer com os outros na procura de novas formas de sociedade, insistindo-se na partilha e na responsabilidade

“Não é provavelmente no passado, no princípio do universo, mas no futuro em formação, que se preparam (...) os acontecimentos verdadeiramente reveladores das espécies e das sociedades: os grandes começos”

(Teilhard de Chardin, La vision du passé)